



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira		Ibovespa nos últimos dias				Na sexta-feira		Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,09%	São Paulo	127.351	29/4	30/4	2/5	128.508	3/5	R\$ 5,069 (- 0,84%)	R\$ 1.412	R\$ 5,457	10,65%	10,46%
1,18%	Nova York							26/abril 5,116				Outubro/2023 0,24
								29/ABRIL 5,115				Novembro/2023 0,28
								30/abril 5,192				Dezembro/2023 0,56
								2/maio 5,112				Janeiro/2024 0,42
												Fevereiro/2024 0,83

FUNCIONALISMO

# Governo recua e adia concurso unificado

Depois de informarem, na quinta-feira, que o certame estava mantido neste domingo, ministros anunciaram, ontem, o cancelamento

» INGRID SOARES  
» VICTOR CORREIA  
» ROSANA HESSEL

Por conta do estado de calamidade no Rio Grande do Sul, causado pelas fortes chuvas, o governo federal decidiu, ontem, adiar as provas do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) previstas para ocorrer amanhã (05) em 228 municípios de todos os estados e no Distrito Federal conforme antecipado pelo **Correio**. São mais de 2,14 milhões de inscritos em todo o país.

Ainda não há uma nova data de aplicação. A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que seria “impossível” realizar a prova do chamado “Enem dos concursos” no estado, que contabiliza ao menos 37 mortos e 74 desaparecidos.

O governo busca uma solução para o concurso desde, ao menos, a quinta-feira. Em nota, o Ministério da Gestão chegou a garantir a realização das provas no domingo, inclusive, no Rio Grande do Sul. Ao longo do dia de ontem, porém, começou a circular a possibilidade de adiamento.

Pressão

A decisão foi tomada no começo da tarde pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros. A ideia inicial de manter o concurso causou forte pressão de candidatos, moradores do estado e políticos defendendo o adiamento, incluindo o governador gaúcho, Eduardo Leite.

“Estávamos muito focados em garantir a realização da prova no domingo, mas o cenário da região Sul foi se agravando. A cada hora temos recebido relatos da situação, de agravamento sem precedentes. Chegamos à conclusão de que seria impossível realizar a prova”, pontuou Dweck durante coletiva a jornalistas no Palácio do Planalto.

“Pela manhã, a gente ainda achava que poderia ter forças federais que pudessem garantir

Valter Campanato/ Agência Brasil



Segundo os ministros Esther Dweck, da Gestão e Paulo Pimenta, da Comunicação, um acordo judicial permitiu o adiamento do CNU

a aplicação da prova. Mas a gente construiu um acordo para preservar a integridade do concurso e chegamos à conclusão de que a solução mais segura para todos os candidatos é, de fato, o adiamento da prova”, alegou.

A ministra acrescentou que as provas serão recentralizadas para garantir a integridade dos documentos, e que a ideia é aplicar os mesmos exames. Uma das preocupações do governo é com a possibilidade de vazamento das questões. Caso ocorra, será necessário refazer.

“Elas (as provas) estão em local seguro, com escolta, que são esporádicas naquelas cidades. Vamos voltá-las para locais certificados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com segurança absoluta, que são utilizadas pelo

Enem”, garantiu Dweck.

“Essa decisão de adiamento busca garantir a integridade dos participantes, inclusive, sua integridade física nas regiões onde seria impossível o deslocamento. Mas é uma integridade em todas as dimensões, preservando a vida das pessoas e também conferindo segurança jurídica ao concurso, que é algo essencial para todo mundo que está prestando concurso”, reiterou a ministra.

Segundo ela, até ontem, os exames já haviam sido entregues em 65% dos locais de prova, incluindo em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Dweck acrescentou que o governo ainda não possui um cálculo do custo do adiamento das provas, mas que o recurso sairá do Orçamento da União. Horas

antes, o ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, citou, no programa de rádio Bom Dia, Ministro, uma despesa adicional estimada em cerca de R\$ 50 milhões.

Pimenta afirmou que o governo tem atuado no resgate das vítimas, na desobstrução de vias e restabelecimento de serviços essenciais, como energia elétrica e comunicações e apoio humanitário a pessoas desabrigadas.

No Rio Grande do Sul, cerca de 86 mil pessoas estão inscritas para o concurso, em 10 cidades. Do total, 21 mil concurreiros moram fora dos municípios onde as provas serão realizadas, e poderiam ser prejudicados. A situação no estado é caótica, com quase 150 pontos de interdição

nas rodovias.

Acordo judicial

Também foi assinado um termo de acordo em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, além do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) que se comprometem a não adotar medidas administrativas ou judiciais visando oposição ao adiamento das provas. A decisão de postergar o certame só foi possível graças ao acordo judicial, já que ações movidas por concurreiros que se consideram prejudicados poderiam até anular a validade da seleção no futuro.

## Alívio para o povo gaúcho

» MAYARA COUTO

O adiamento do Concurso Nacional Unificado (CNU) aliviou a preocupação de muitos gaúchos. Ao todo, há 136 trechos em 68 rodovias com bloqueios totais e parciais no estado.

Guilherme Raymann, 26 anos, economista, mora em Bossoroca, interior do Rio Grande do Sul, e iria a Santa Maria para realizar o certame. Com as chuvas, ele se viu impedido de locomoção por todas as estradas que dariam acesso à cidade, onde vive a família, que teve a casa inundada.

“Eu não conseguiria chegar até lá, pois todas vias até a cidade estão fechadas. Estou morando em Bossoroca, onde, felizmente, não tivemos tanta chuva, mas acompanhei de perto tudo que aconteceu em Santa Maria e Jaguari por causa das minhas famílias”, conta o concurreiro, que está estudando para a prova desde que saiu o edital, em janeiro.

A dificuldade, para ele, ainda é maior, porque dependeria de linhas de ônibus ou caronas de carro para conseguir se locomover. Raymann conta que não há pessoas fazendo esse trajeto neste momento. Com isso, seria impossível chegar no local da prova.

Já Gabriel Machado, 26 anos, formado em Ciências Contábeis, mora em Porto Alegre, onde a cheia histórica do Guaíba preocupa os moradores. “Eu teria que cruzar o Arroio Dilúvio, que agora está possível de passar, mas futuramente poderia não estar, por conta do ritmo crescente do nível do Guaíba”, explica.

Para ele, a decisão do adiamento foi “super acertada” e vai ao encontro, inclusive, do conteúdo de estudo previsto no edital do concurso. “Se não é para todos, não dá para seguir, fere a isonomia. Quem está estudando vê o princípio da isonomia, os direitos constitucionais que são garantidos”, relembra.

SANEAMENTO

## Justiça suspende projeto de privatização da Sabesp

» RAPHAEL PATI

Após ser aprovado na quinta-feira, o projeto de lei que autoriza a privatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) foi suspenso, ontem, por ordem judicial. A decisão foi proferida pela juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara de Fazenda Pública da Justiça de SP.

De acordo com a magistrada, a Câmara Municipal de São Paulo descumpriu uma determinação anterior que previa a realização da votação apenas quando fossem concluídas todas as audiências públicas sobre o tema. A regra também estabelecia

que fosse apresentado um estudo detalhando o impacto orçamentário total do projeto, antes do processo de votação.

Na decisão, a juíza ainda sustenta que houve uma “clara afronta à determinação judicial”, em referência à decisão proferida pela própria magistrada no último dia 24 de abril. Ela também considera que a sessão que aprovou a proposta desrespeita “os princípios constitucionais que permeiam o processo legislativo”. A decisão se deu em apreciação a uma ação apresentada pelas bancadas do PSOL e do PT na Câmara Municipal.

Em resposta, a Câmara de SP

Richard Lourenço/ rede Câmara SP



Justiça suspendeu o projeto, que já havia sido aprovado pela Câmara

declarou, por meio de nota, que “todo o rito Legislativo foi legal e os critérios da liminar em vigor foram cumpridos, ou seja, a votação ocorreu após todas as

audiências públicas previamente agendadas (nove) e após a apreensão do estudo de impacto orçamentário”.

Por conta disso, o Legislativo

paulistano entende que a sessão que deliberou sobre a votação da proposta ainda segue válida. O projeto de lei autoriza a prefeitura de São Paulo a firmar contrato com a Sabesp nas mãos da iniciativa privada. A proposta foi sancionada ainda na noite de anteontem pelo prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB).

Falta de debate

A privatização da Sabesp é considerada um ponto que ainda divide opiniões na capital paulistana. Em dezembro, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou a privatização da companhia por 62 votos a um, em uma sessão marcada por tumultos e pela abstenção de deputados da oposição ao governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O escritor e advogado criminalista, Luiz Antônio Calháo, explica que a decisão foi baseada no descumprimento de uma determinação que previa que a votação fosse feita somente após a realização de todas as audiências públicas previstas. Nesse sentido, para que houvesse um amplo e sólido debate sobre o tema, bem como apresentação do estudo de impacto financeiro dessa privatização.

“Como a Câmara votou o assunto antes do término desses debates, a juíza entendeu que haviam sido desrespeitados os princípios constitucionais que embasam o processo legislativo e, até mesmo, uma afronta direta a uma determinação judicial anterior”, sustenta o advogado. Ele ainda destaca que as decisões judiciais devem ser observadas e respeitadas.